

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

PESSOAS TRANS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): NARRATIVAS E OUTRAS POSSIBILIDADES

Rafael Martins de Meneses, Rafael Mesquita

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6633>

Submetido em: 2023-08-18

Postado em: 2023-09-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Valdenia Pinto de Sampaio Araújo (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0283-9761>)

ARTIGO

**PESSOAS TRANS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT):
NARRATIVAS E OUTRAS POSSIBILIDADES**

RAFAEL MARTINS DE MENESES¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4092-2133>

[<rafaelmartins@ufpi.edu.br>](mailto:rafaelmartins@ufpi.edu.br)

RAFAEL FERNANDES DE MESQUITA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4953-4885>

[<rafael.fernandes@ifpi.edu.br>](mailto:rafael.fernandes@ifpi.edu.br)

¹ Instituto Federal do Piauí. Teresina, Piauí (PI), Brasil.

² Instituto Federal do Piauí. Teresina, Piauí (PI), Brasil.

RESUMO: Os conceitos de Educação Profissional e Tecnológica - EPT e aqueles envolvidos com as pessoas Trans (Travestis, Transexuais e Transgêneras/os) precisam ser socializados nos espaços de educar, formais e não-formais, tendo em vista que, no Brasil, a transfobia é recorrente. Essa pesquisa pretende responder como estão as produções acadêmicas recentes que abordam as questões Trans no campo da EPT. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir o mapeamento das produções científicas sobre EPT e pessoas Trans nos anos de 2018 a 2023, a partir de articulações teórico-empíricas. Utilizou-se de uma metodologia qualitativa de revisão narrativa de literatura para o desenvolvimento de análises atualizadas sobre os temas e adotou-se a base de dados *Google Scholar*. Foram elaboradas as categorias Formação Integral, Mundo do Trabalho, Nome Social e Transfobia nas análises e discussões dos textos selecionados. Dado o exposto, percebe-se que as publicações com a temática de EPT e pessoas Trans estimulam articulações para uma práxis mais humana e integral nos processos de educação e inserção no mundo do trabalho. Dentre os achados, algumas propostas direcionam para pertinência e emergência desses estudos na busca pelo desenvolvimento continuado da EPT e a inserção exitosa das transgeneridades na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Pessoas Trans, Educação Profissional e Tecnológica, Revisão narrativa de literatura, Mundo do Trabalho.

TRANS PEOPLE AND PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (EPT): NARRATIVES AND OTHERS POSSIBILITIES

ABSTRACT: The concepts of EPT and the concepts involved with Trans people (Transvestites, Transsexuals and Transgender people) need to be socialized in the spaces of education, formal and non-formal, considering that in Brazil transfobia is recurrent. This research intends to answer how are the academic productions that address Trans issues in the field of Professional and Technological Education. Thus, the objective of this work is to analyze the scientific productions on EFA and Trans people in the years 2018 to 2023. A qualitative methodology of narrative literature review was used for the development of updated analyzes on the themes, the Google Scholar database was adopted. The categories Integral Formation, World of Work, Social Name and Transphobia were found in the discussions of the selected texts. Given the above, it can be seen that the publications with the theme of EPT and Trans people stimulate articulations for a more human and integral praxis in the processes of education and insertion in the world of work. Among the findings, some proposals direct to the

relevance and emergence of these studies in the search for the continued development of EPT and the successful insertion of transgender people in Brazilian society.

Keywords: Trans people, Narrative literature review, World of Work, Transphobia.

LAS PERSONAS TRANS Y LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA (EPT): NARRATIVAS Y OTRAS POSIBILIDADES

RESUMEN: Los conceptos de EPT y los conceptos involucrados con las personas Trans (Travestis, Transexuales y Transgéneros) necesitan ser socializados en los espacios educativos formales y no formales, dado que la transfobia es recurrente en Brasil. Esta investigación pretende responder cómo son las producciones académicas que abordan la temática Trans en el ámbito de la Educación Profesional y Tecnológica. Así, el objetivo de este trabajo es analizar las producciones científicas sobre EPT y personas Trans en los años 2018 a 2023. Se utilizó una metodología cualitativa de revisión narrativa de literatura para desarrollar análisis actualizadas sobre los temas, se adoptó la base de datos Google Scholar. En las discusiones de los textos seleccionados se encontraron las categorías Formación Integral, Mundo del Trabajo, Nombre Social y Transfobia. Teniendo en cuenta lo anterior, se observa que las publicaciones sobre el tema de la EPT y las personas Trans estimulan articulaciones para una praxis más humana e integral en los procesos de formación e inserción en el mundo del trabajo. Entre los hallazgos, algunas propuestas apuntan a la relevancia y emergencia de estos estudios en la búsqueda de la continuidad del desarrollo de la EPT y de la inserción exitosa de las personas trans en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Personas Trans, Revisión narrativa de literatura, Mundo del Trabajo, Transfobia.

INTRODUÇÃO

Em 23 de setembro de 1909, no decreto nº 7.566, Nilo Peçanha propõe a educação profissional no Brasil para os “desfavorecidos da fortuna”, ancorado na intenção de diminuir os índices de criminalidade e ociosidade nas capitais (BRASIL, 1909). Marise Ramos (2014) indica nesse cenário a atuação mais direcionada do Estado brasileiro para a educação profissional, em especial, o ensino industrial, no rol do planejamento estratégico, culminando no Decreto n. 47038, de 16 de novembro de 1959, que incorpora as Escolas Técnicas à rede federal de ensino técnico, todas transformadas em 1994 nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em seguida, com o advento da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições de educação básica, profissional e superior, multicampi e pluricurriculares. A nível estadual, o Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, foca nos sistemas educacionais dos entes federados, na prestação de apoio para a implantação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio.

A EPT alinha-se ao estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 227, que prevê o dever do Estado, família e sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à educação, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência social, bem como proteger contra toda forma de discriminação, violência, e opressão com absoluta prioridade (BRASIL, 1988). Em contrapartida, ainda existem obstáculos a serem ultrapassados pela EPT para o êxito de seus objetivos, é o caso da sua oferta frente às demandas sociais do grupo de Travestis, Transexuais e Transgéneros/os (Trans).

Conforme os dados do Censo Multissetorial, produzido pela Gestão Káiros (2022), em um estudo realizado com 26.619 profissionais, os resultados do quadro funcional aponta o percentual de

99,6% pessoas autodeclaradas cisgêneras e 0,4% se autodeclararam mulheres Trans (0,3%) ou homens Trans (0,1%). Essa estatística somada aos dados de 2019 do levantamento do perfil socioeconômico de estudantes de graduação, onde somente 0,2% das pessoas graduandas se autodeclararam Trans (ANDIFES, 2019), refletem alguns dos problemas de sua participação no mundo do trabalho e na educação formal.

Logo, a implementação de políticas de ação afirmativas na educação para as transgeneridades é uma ferramenta importante de reparação desse *modus operandi*, pois a ascensão socioeconômica através da formação universitária é um ganho fundamental para essa população, considerando, principalmente, que encontram-se majoritariamente no desemprego ou informalidade, podendo estar inclusive em situação de rua (Todxs, 2020).

A maioria do grupo Trans brasileiro não encontra possibilidades para concluir o Ensino Médio e o Ensino Básico e a transfobia é uma das principais causas das evasões (UFSC, 2019). Nessa perspectiva, Luma Andrade (2012) postula que há uma expulsão transfóbica velada, sem uma formalidade institucional e, de certo modo, existe a evasão subjetiva, pois discentes Trans não se sentem acolhidos nas instituições de ensino.

Para contextualizar e compreendendo que parte do problema da discriminação advém da percepção de como indivíduos trans são ininteligíveis à sociedade, assentes na posição de mundo à que são atribuídas e vivem suas experiências sociais a partir de seu gênero (Mesquita, 2019), é pertinente trazer algumas noções analíticas importantes. O conceito de Identidade de Gênero é entendido como a experiência sentida interna e individualmente do gênero de cada pessoa, correspondente ou não ao sexo atribuído no nascimento, desde modificações da aparência ou função corporal e outras expressões de gênero (Princípios de Yogyakarta, 2007). As diferenciações na identidade de gênero partem da aceitabilidade ou não às imposições binárias de masculino/feminino atribuídas ao nascer, com fundamentos biológicos. Cisgênera/o é quem se sente pertencente a essa atribuição e Trans é quem diverge dessa convenção social sexo/gênero de atribuição imposta.

Viviane Vergueiro (2015) e Letícia Nascimento (2021) indicam que, devido sua naturalização, a cisgeneridade apresenta-se inquestionável, hegemônica e, em consequência, inibe toda e qualquer manifestação contrária às suas determinações. Nesse cenário, a transfobia ganha maior robustez frente às experiências e interesses das transgeneridades. Essas movimentações opressivas também atingem os espaços educativos, inclusive naqueles onde aplica-se EPT.

Visualiza-se aqui uma lacuna crucial para a inserção dessas pessoas: como criar uma EPT acolhedora para as diferenças Trans em face da transfobia no ensino brasileiro, organizado em sequências progressivas? Para ingressar no ensino superior ou em outros que dependem do ensino médio concluído, esta formação já seria uma primeira barreira, que possui como requisito o ensino básico. Assim, o quantitativo de 0,2% de estudantes Trans nas instituições superiores em 2019 (ANDIFES, 2019), expõe a grande retenção dessa comunidade durante a sua formação escolar e consequente dificuldade em acessar o mundo do trabalho, cada vez mais concorrido e exigente (Gestão Káiros, 2022).

Dessa forma, conhecer como estão as produções acadêmicas que abordam as questões Trans em ambientes de educação, em especial, o campo da EPT, pode auxiliar na compreensão da realidade social que abarca este contexto e pessoas, visto que a EPT tem um vínculo íntimo com o exercício de profissões e com a inserção da pessoa egressa no mundo do trabalho por meio de uma formação integral (Ciavatta, 2014). A justificativa desse recorte ancora-se na necessidade de maior inclusão e divulgação dessas temáticas nas plataformas de socialização acadêmicas, dentro das instituições de ensino e demais espaços onde ocorrem as manifestações fáticas desses estudos.

O Brasil figura como o que mais mata pessoas Trans no mundo, por consecutivos 14 anos, conforme o dossiê de violências e assassinatos de 2023 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), organizado por Bruna Benevides (2023), constituindo uma geografia da violência, conforme análises de Jessyka Rodrigues, Letícia Nascimento e Rafael Meneses (2021). A educação profissional traz possibilidades de mudanças frente a esse *status quo*. Nesse sentido, tem-se como problema: como se caracteriza a pesquisa acadêmica brasileira sobre EPT e pessoas Trans? Assim, o objetivo deste trabalho é discutir o mapeamento das produções científicas sobre EPT e

peças Trans nos anos de 2018 a 2023, a partir de articulações teórico-empíricas e, para realiza-lo, propõe-se um estudo qualitativo do tipo revisão narrativa de literatura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em pesquisas científicas, o método deve ser apropriado ao objeto da investigação, conter embasamentos teóricos para a análise, além de ser operacionalmente exequível (Minayo; Santos, 2019). Desse modo, a revisão narrativa de literatura surge para auxiliar nos processos analíticos de publicações acadêmicas que versam sobre temas em comum, utiliza-se as narrativas analíticas para formar quadros holísticos dos fenômenos (Moraes; Dias; Oliveira, 2023). Nesta pesquisa a análise será acerca das pessoas Trans e a EPT.

Nesta revisão narrativa de literatura de caráter exploratório, emprega-se as etapas apontadas por Genário dos Santos, Maria Coelho e Sérgio Fernandes (2020), a saber: 1 - definição e escolha do tema, dos objetivos e do problema; 2 - busca de trabalhos na literatura, com parâmetros de amostragem; 3 - caracterização e avaliação dos estudos incluídos nos resultados; 4 - definição de critérios para a categorização dos achados; 5 - discussão dos resultados.

A base escolhida foi o *Google Scholar*, pela sua abrangência e acesso público aberto, característica que facilita a indexação da maior parte das produções acadêmicas brasileiras, especialmente as da área de Educação e Ensino. As reflexões Karla do Nascimento, Lia Fialho e Cristine Brandenburg (2021) apontam que os índices da plataforma *Web of Science* e *Scopus*, apesar de sua relevância devido a sua seleção criteriosa, consideram apenas suas bases para estabelecer parâmetros de manutenção dos periódicos e não são acessíveis para maioria das revistas brasileiras.

Após a definição do *Google Scholar* como base de dados, realizou-se uma busca com os operadores booleanos de adição “and” e de supressão “-” e o recorte temporal do ano de 2018 até abril de 2023 (data correspondente ao dia da realização da pesquisa) para refinar os resultados. Os termos pesquisados foram: “pessoas Trans” and “educação profissional” -SUS, a supressão do termo “SUS” se dá pelo quantitativo significativo de trabalhos na área da saúde relacionados às pessoas Trans e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em seguida, conforme demonstra o quadro 1, adotou-se os seguintes critérios de inclusão: trabalhos escritos em português; pesquisas publicadas no ano de 2018 até abril de 2023; trabalhos completos e gratuitos; relação direta com os termos de busca. Os critérios de exclusão foram: trabalhos em língua estrangeira; trabalhos incompletos; livros; publicações em capítulos de livros; tangenciamento ou fuga das temáticas pesquisadas, como pesquisas com abrangência temática na comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneras/os, *Queers*, Intersexuais, Assexuais e demais dissidências de gênero e sexualidade), recorte maior do que o escopo estabelecido para essa pesquisa.

Quadro 1 – Processo de mapeamento dos dados

1 – Formulação do objetivo de pesquisa e definição da pergunta norteadora para o mapeamento bibliométrico		
2 - Busca por trabalhos na base de dados a partir da estratégia de termos definida	Número de trabalhos encontrados: 175 Data da busca: 05/06/2023	
3 – Triagem		
3.1 - Aplicação dos critérios de inclusão	Base lógica	Número de trabalhos selecionados

Escopo da pesquisa	O texto indica a presença dos temas EPT e pessoas Trans.	47
3.2 – Aplicação dos critérios de exclusão	Base lógica	Número de trabalhos excluídos
Formato	Textos incompletos, livros e capítulos de livros	10
Relevância	Textos que não abordam exclusivamente as pessoas Trans e a EPT.	27
4 – Seleção e Leitura para revisão final		Número de trabalhos selecionados: 10

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após a seleção e leitura dos trabalhos, passou-se a analisar as informações encontradas (título, autoria, data, vínculo institucional, local de publicação). Nessa etapa, identificou-se a repetição de termos nos títulos e, por isso, foi elaborado um radar de palavras com a incidência dessas aparições. A discussão do conteúdo dos artigos selecionados foi realizada a partir da categorização do conteúdo trazido nos textos. As categorias foram elaboradas *a posteriori*, depois de sucessivas leituras e identificação de temas recorrentes.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em conformidade com a descrição feita na seção anterior, apresenta-se os achados dessa pesquisa. Após o processo de busca filtrada no *Google Scholar*, foram encontrados 10 (dez) trabalhos sobre pessoas Trans e EPT, escritos por 13 (treze) autoras/es. Segue o quadro 2 com algumas informações mapeadas: títulos, autoria, ano de publicação, e local de publicação, em ordem cronológica crescente.

Quadro 2 – Dados dos textos selecionados

TÍTULO	AUTORIA	ANO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
1- O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT	Maria Conopca; Maria Ferreira; Octavio Junior	2018	BAGOAS
2 - O papel da Educação Corporativa na inclusão de pessoas transgêneras nas organizações	Samuel Ramos Neto	2018	REPOSITÓRIO SENAC
3 - Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades	Gláucia Xavier	2019	CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE
4 - A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual	Hélida Lima	2021	REPOSITÓRIO UFMS

5 - Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino	Érika Albuquerque; Elenilce Oliveira	2021	RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT
6 - Precariedade e informalidade: uma perspectiva sobre a empregabilidade trans no Brasil	Eloisa Folle	2021	REPOSITÓRIO UFRGS
7 - Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica	Daniel Camargo	2021	REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
8 - O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP	Natália Cavalcanti; Jéssica Silva	2022	VÉRTICES
9 - A Teoria Queer no combate à transfobia escolar: contribuições da Educação Profissional na perspectiva de uma Formação Humana Integral	Rafaela Amorim; Fábio Santos	2022	CONFLUENZE
10 - “Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz”: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social	Sol Lima	2023	REPOSITÓRIO UNILAB

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Percebe-se que a maioria dos trabalhos são artigos científicos publicados em revistas indexadas. Há 3 (três) monografias, escritas por Sol Lima (2023), Eloise Folle (2021) e Samuel Ramos Neto (2018) e uma dissertação de Hélide Lima (2021). Não foram encontrados trabalhos no ano de 2020. Por sua vez, em 2021 está o pico das produções no recorte temporal, totalizando 4 (quatro) pesquisas desenvolvidas. Os anos de 2019 e 2023 possuem uma publicação cada. Cabe ressaltar que os dados de 2023 resumem-se aos 4 (quatro) primeiros meses do ano, atualizáveis em futuras revisões de literatura.

Em decorrência da utilização padronizada das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para as citações, utiliza-se apenas o último sobrenome para identificar a autoria. Contudo, tal norma acaba por invisibilizar pessoas com identidade feminina, pois o masculino é assumido como universal. A indicação de sobrenomes, por exemplo “Silva” e “Oliveira”, não demarcam a identificação de gênero. Como estratégia de uma educação não sexista e de uma escrita feminista, Megg Rayara (2018) e Luma Andrade (2012) trazem o primeiro nome das autoras nas suas produções acadêmicas, o que também é adotado neste trabalho.

Quadro 3 – Dados dos textos selecionados

AUTORIA	VÍNCULO	TÍTULAÇÃO	GÊNERO
1 - Maria Conopca; Maria Ferreira; Octavio Junior	IFES	Mestre em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT – IFES; Doutora em Educação – UFES; Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul	Feminino; Feminino; Masculino

2 - Samuel Ramos Neto	SENAC	Especialista em Educação Corporativa – SENAC	Masculino
3 - Gláucia Xavier	IFMG	Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC-MG	Feminino
4 - Héliida Lima	UFMS	Mestre em educação no PPGED/UFMS	Feminino
5 - Érika Albuquerque; Elenilce Oliveira	IFCE	Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFCE; Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará	Feminino; Feminino
6 - Eloisa Folle	UFRGS	Graduada em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na UFRGS	Feminino
7 - Daniel Camargo	UNISANTOS	Mestre em Educação no PPGED/UNISANTOS	Masculino
8 - Natália Cavalcanti; Jéssica Silva	IFRN/ IFPA	Doutorado em História no PPGH/ UFPE; Especialista em Saberes, linguagens e práticas educacionais na Amazônia pelo IFPA	Feminino; Feminino
9 - Rafaela Amorim; Fábio Santos	IFRN	Mestranda em Educação Profissional no PPGEP/IFRN; Doutor em Educação pela UFRN e PhD em Educação pela UFPI	Feminino; Masculino
10 - Sol Lima	UNILAB	Mestranda em Antropologia Social pela UFRN	Feminino

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A identificação do gênero se deu pelo nome inicial e a flexão gramatical usada no feminino ou masculino nas informações da autoria no início dos trabalhos. Esses dados demonstram a presença significativa feminina nos estudos de EPT e pessoas Trans. A presença do trabalho escrito pela travesti Sol Lima (2022), orientado pela Profa. Dra. Luma Andrade, demonstra que a comunidade Trans também apresenta produção acadêmica. Contudo, a pouca participação de pessoas Trans na autoria das publicações pode indicar a necessidade de ampliação das oportunidades acadêmicas para esse grupo comumente marginalizado e invisibilizado.

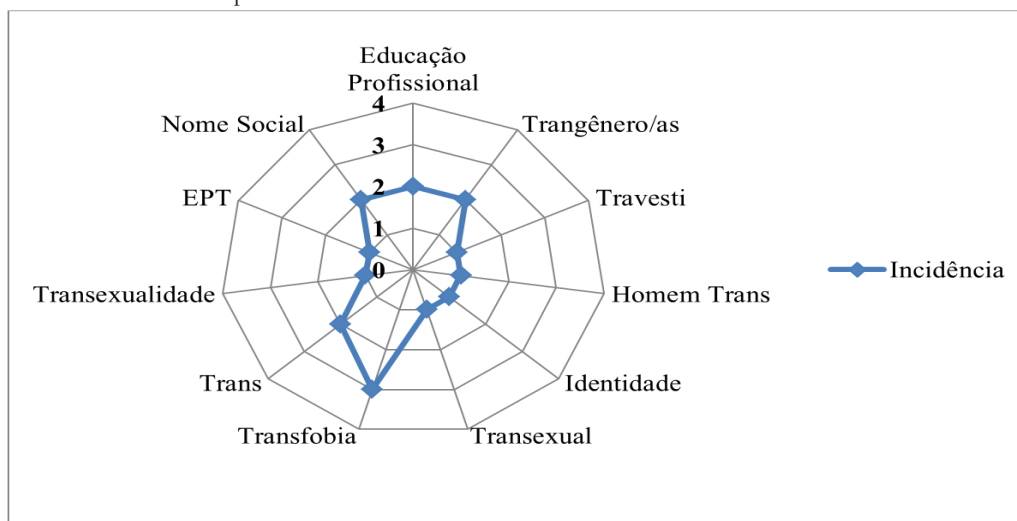
Diante desse contexto, cerca de 30 (trinta) universidades públicas, implantaram políticas de ação afirmativa de cotas destinadas a população não-cisgênera, com o objetivo de diminuir as desigualdades de acesso e aumentar a qualificação profissional, movimento crescente desde 2019 (TODXS, 2020), inclusive o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), de âmbito nacional com 40 (quarenta) Instituições associadas, possui normativa regulamento a possibilidade dessa modalidade de acesso. Entretanto, somente os Institutos Federais da Bahia e Paraná ofertaram cotas para pessoas Trans no edital unificado do Exame Nacional de acesso de 2022 (PROFEPT, 2023).

Outro ponto importante para analisar essas produções é o vínculo institucional das/os autoras/es na data de publicação. Evidencia-se que das 10 (dez) publicações, 8 (oito) são de instituições federais de ensino. As instituições que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica, Institutos

Federais e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), representam 63,64% dos vínculos das/os pesquisadoras/es.

Por se tratarem de instituições públicas de âmbito federal, multicampi e ofertantes da Educação Básica até cursos de Doutorado, os Institutos Federais possuem localização estratégica no desenvolvimento científico do Brasil. Assim, estudos da EPT e sobre essa modalidade de ensino refletem a construção do processo educativo através da pesquisa. Nessa perspectiva, tendo em vista o enfoque dado às pessoas Trans, tais trabalhos ajudam no formento de análises práticas e teóricas aplicáveis na mudança de paradigmas transfóbicos dentro da educação profissional e outros espaços de educar. Essas assertivas são corroboradas na interpretação dos dados do Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Radar de palavras nos títulos



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Apesar de somente 3 (três) títulos conterem as palavras “EPT” ou “Educação Profissional”, nos resumos das publicações é possível localizar a relação com esta modalidade de educação. “Nome social” e “Identidade” possuem duas aparições, ambos referem-se a direitos dessa população frequentemente negligenciados nas escolas, universidades e demais locais de educação: o respeito ao nome social e da identidade de gênero.

A palavra “Transfobia” aparece 3 (três) vezes, uma justificativa plausível para a maior incidência do termo pode ser a presença marcante de pesquisas denunciando a transfobia sugere que ainda existe resistência à inclusão de pessoas Trans, principalmente ao se considerar a data recente das publicações com essa palavra nos títulos (nos anos de 2021 e 2022).

CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

A partir das leituras sucessivas do material selecionado e identificação de temas recorrentes, foram elaboradas 4 (quatro) categorias para interpretação da relação entre o conteúdo dos textos, são elas: formação integral; mundo do trabalho; nome social; e transfobia. A seguir, traz-se um panorama de cada categoria encontrada, como apresentam-se nos textos selecionados, com o recurso de citar momentos de falas importantes das pessoas participantes das pesquisas, presentes nas discussões desenvolvidas nos textos originais sob análise.

Formação Integral

Rafaela Amorim e Fábio Santos (2022) relacionam a formação humana integral com a Teoria *Queer*, na concepção de saberes contra hegemônicos de gênero e sexualidade para a efetivação dos direitos Trans na escola, veem na EPT a possibilidade de tratar a omnilateralidade contemplando os estudos da diversidade. Daniel Camargo (2021) afirma que a discussão não pode “morrer na escola”, deve trazer a transformação também para o mundo do trabalho, sugere que os assuntos referentes à

identidade de gênero devem estar presentes em todos os currículos de cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (SENAC). “Morrer na escola” também poderia ser uma analogia à que a discussão também saia do ambiente escolar, contribuindo para uma mudança social necessária e urgente no contexto brasileiro, onde a transfeminicídio, assassinato de pessoas Trans em decorrência da transfobia e relações de gênero, apresenta os maiores índices globais desde 2008 até 2022 (Benevides, 2023).

Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2022) indicam que, embora a escola, nos discursos dos professores e gestores, reconheça o direito do corpo discente e ao encaminhamento para o mundo do trabalho e às oportunidades de formação integral, fica patente o não reconhecimento de especificidades Trans nas práticas educativas. Como exemplo, o Instituto Federal do Pará (IFPA) oferta Ensino Médio Integrado, no qual estão inseridos muitos adolescentes em fase de formação crucial para o seu futuro e para a sua inserção no mundo do trabalho, logo, torna-se necessário a execução de pesquisas sobre os direitos Trans, como uma forma de autoconhecimento - pois muitos ainda estão lidando com as definições de identidade de gênero e/ou orientação sexual – e também para inseri-los nas políticas institucionais de inclusão (Cavalcanti; Silva, 2021).

Daniel Camargo (2021) indica a formação de um novo mercado, é necessário formar alunos que sejam capazes de discutir as questões Trans no mercado de trabalho, dentro da empresa onde atuam, fazerem campanhas, trazer essa discussão, não deve estagnar na escola. Para Érika Albuquerque e Elenilce Oliveira (2021), gênero e diversidade sexual são temas limitados ou mesmo silenciados na escola, isso ajuda a perpetuar e fortalecer atitudes machistas, sexistas, misóginas e lgbtfóbicas, dessa forma, o silêncio nesse espaço torna-se um modo de consolidação de preconceitos de difícil enfrentamento, por ser invisível e sutil.

Mundo do Trabalho

Um dos achados de Rafaela Amorim e Fábio Santos (2022) foi uma reflexão sobre quem seria a figura proletária do sistema de gênero, e apresentam a identidade travesti como uma subjetividade revolucionária nas concepções do mundo do trabalho cisgenerificado. Evidenciam a problemática da ausência de um grau escolar para a qualificação adequada e inserção no mercado de trabalho formal, deixando às margens da sociedade, muitas vezes, nas ruas e prostituição. Também trouxeram reflexões do dossiê da ANTRA de assassinatos de 2021, onde denunciam a precariedade do mundo do trabalho para pessoas Trans, que quando conseguem um emprego, com frequência, são submetidas à situações constrangedoras de assédio e preconceito por parte de clientes e/ou empregadores/as (Amorim; Santos, 2022). Com o objetivo de evitar transfobias, muitas pessoas Trans acabam por trabalhar de forma autônoma e, assim, podem usar seu nome social sem a necessidade de mais explicações, o que as leva para a informalidade (Conopca; Ferreira; Cavalari Júnior, 2019).

Hélida Carlos (2021) pensa que as desigualdades entre os sexos se expressam, socialmente, muitas vezes camufladas de diferenças, tais “diferenças” podem ser encontradas no mundo do trabalho, no sistema político e nas instituições de educação. A participante da pesquisa de Hélida Carlos (2021), nomeada Jhenifer relata que, frequentemente, foi e é alvo de olhares e indiretas, até entre a sua equipe de trabalho e, nas suas reafirmações enquanto mulher e professora transexual, sofreu preconceitos e discriminações, mesmo nos espaços escolares, one nem sempre foi bem aceita e respeitada. Apesar dessa carga negativa, continuou sua formação acadêmica e foi aprovada em um concurso para ser professora em uma escola na rede municipal de ensino (Carlos, 2021).

Daniel Camargo (2021) enfatiza que, ao não se garantir o espaço escolar como um local seguro, pode ter-se a exclusão de direitos, como o emprego formal, que assola o segmento de pessoas Trans, quando se somam as portas fechadas da família, da escola e do emprego formal, o resultado é o número alarmante de violências e mortes. O pesquisador produziu dados acerca da importância do debate sobre as transgeneridades no mercado. Em uma das entrevistas relata-se que, na área de segurança do trabalho, tem casos de indústria que não contratam mulheres para não ter que disponibilizar banheiro feminino ou porque elas vão ser assediadas e torna-se mais fácil não contratar, excluir aquela pessoa do mundo do trabalho, não discutir isso no mundo do trabalho

(Camargo, 2021). Em sua pesquisa analisou como o Programa de Inclusão e Diversidade em uma unidade do SENAC pode influenciar na inserção das pessoas Trans, um respondente postula que esse projeto institucional, foi o pilar para o seu processo de transição e de afirmação estética e fisicamente na sala de aula. O autor indica a necessidade de discussão dessa temática também em sala de aula, através do currículo, podendo ser um passo para que a população Trans consiga entrar e se consolidar no mundo de trabalho (Camargo, 2021).

Sobre as experiências profissionais, constata-se a dificuldade de entrada e permanência no mercado de trabalho, um homem trans entrevistado expõe uma experiência de estágio em um Fórum de sua cidade, a partir do momento que reivindicou sua identidade de gênero masculina, sofreu uma série de discriminações, desde perguntas indiscretas à desrespeito do seu pronome masculino, culminando no seu pedido de quebra de contrato de estagiário (Camargo, 2021).

Eloisa Folle (2021) afirma que, quando se pensa em pessoas trans trabalhando, tem-se uma quantidade limitada de cenários, em especial, tratando-se de mulheres trans ou travestis, pensa-se em um salão de beleza, ou nas esquinas. A autora traz dados do levantamento da OIT, lançado no dia 10 de novembro de 2021, em que 93,33% dos entrevistados dizem que pessoas Trans são pouco representadas nas empresas em que trabalham e 87% afirmam que seu ambiente de trabalho manifesta o desejo de ser reconhecido por valorizar a diversidade (Folle, 2021). Outro aspecto levantado pela pesquisadora é a estrutura social patriarcal e machista, pois evidencia que pessoas com leitura de gênero masculina têm mais chances de trabalho do que mulheres trans e travestis, bem como o impacto da raça, porque assim como ocorre com pessoas cisgêneras, o racismo estrutural fornece poucas alternativas de trabalho para pessoas racializadas (Folle, 2021).

Segundo Samuel Ramos Neto (2018), a estigmatização é um dos fatores que distancia essa comunidade do mercado formal de trabalho, cita um estudo desenvolvido pela UNESCO, em 2013, denominado Resposta do Setor de Educação ao Bullying Homofóbico, nele há indícios da relação do afastamento compulsório do mercado formal de trabalho e a evasão escolar precoce de pessoas não-cisgêneras, também aponta maior número de empregadas/os Trans em multinacionais, que na sua maioria, afirmaram sua identidade de gênero já no quadro funcional dessas empresas. O autor indica a necessidade de se estabelecer nas empresas uma cultura de confiança, um ambiente afirmativo e não discriminatório para as/os funcionárias/os e garantindo direitos fundamentais como o uso do banheiro conforme o gênero no qual a trabalhadora/a Trans se identificar e o reconhecimento do nome social. Para isso, é importante a conscientização entre lideranças e pares acerca da identidade de gênero e transgeneridades, papel fundamental das organizações nesse processo de inclusão das pessoas transgêneras (Ramos Neto, 2018).

Ágata, respondente da pesquisa de Érika Albuquerque e Elenilce Oliveira (2021), relata a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sendo mais um ambiente excludente, tal fato contribui para a sua desmotivação em permanecer no curso em que estuda, todavia, entende o espaço de resistência dentro da academia, onde é possível potencializar e amplificar e sua voz.

O medo e receio da estudante relaciona-se ao questionamento do lugar da pessoa Trans, o lugar da mulher travesti, questiona: Qual é esse lugar? Lugar de esquina? Espaço de prostituição? Por que não poderia ter uma professora Trans? Uma atendente de telefone Transgênera? Ter uma trans recepcionista? Responde que é preciso ver o corpo Trans em outros locais, embora todo o local onde a corporalidades Trans esteja mereça respeito, cabe destacar que o problema não está no trabalho da prostituição, outrossim, localiza-se no vínculo imediato da imagem das travestis e mulheres trans à atividade sexual, menosprezando outros aspectos das suas personalidades e potencialidades (Albuquerque; Oliveira, 2021).

Nome social

A participante da pesquisa de Héliida Carlos (2021) vivenciou a falta de respeito, por parte da equipe de trabalho e da gestora. Ela afirma que, ao ser professora, veio para mudar esse cenário de desrespeito. Para ela, a alta evasão de pessoas Trans se dá por conta dessas discriminações, por exemplo, debater a escolha do nome e/ou ser coagida a falar o seu antigo nome de registro civil.

Jhenifer considera o nome como elemento primário de uma pessoa e indaga: se você não é respeitada pelo seu nome, como desejar estar em um espaço onde não respeitam o mínimo de você? A professora diz intervir em brincadeiras e situações preconceituosas na escola, para desconstruir esses tipos de violências (Carlos, 2021).

Daniel Camargo (2021) argumenta a necessidade de se garantir o nome social e o uso do banheiro conforme a identidade de gênero para a efetiva construção de uma escola acolhedora. Um respondente descreve sua felicidade ao perguntar se poderia mudar o nome na chamada e a professora assentiu positivamente sobre o uso do nome social no SENAC, diz que nesse momento ficou feliz por começar em uma turma nova que não sabia seu nome de registro e, assim, poderia ser quem ele era (Camargo, 2021)

Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2021) discutem os marcos legais do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que regulamenta o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas Trans no âmbito da administração pública federal, com prevalência do nome social em detrimento do civil, usado só para fins administrativos internos. O nome social, para as autoras, é a designação pela qual as pessoas não-cisgêneras se identificam e são socialmente reconhecidas e, nesse sentido, a Resolução 363/2017 estabelece a utilização do nome social de discentes e servidores nas dependências e documentos de identificação dentro do IFPA (CAVALCANTI; SILVA, 2021).

O trabalho de Maria Conopca, Maria Ferreira e Octávio Júnior (2019) apresenta a importância do reconhecimento do nome social para a inclusão, porém, enfatiza a imperatividade de demais estratégias e ações da gestão escolar para garantir condições reais de isonomia entre o corpo discente, oportunizando tempos e espaços às pessoas, a gestão empenhada na igualdade de todas/os contribuirá para o êxito estudantil em suas trajetórias na EPT do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Conforme relato de Pedro, entrevistado por Gláucia Xavier (2018), a adoção do nome social não garantia que ele deixaria de ser visto como Paula na escola, não importando o que pudesse fazer. Na escola, ele se conformou insatisfeito com essa situação. No entanto, para seu núcleo íntimo, prefere que lhe chamem de Pedro. O participante pontua a necessidade de maior familiaridade com os conceitos de gênero e sexualidade por parte do corpo docente e a boa vontade não é suficiente, pois equívocos podem ocorrer, prejudicando a intenção benéfica e, por isso, as/os professoras/es devem ter vivências e experiências melhores em como lidar com esses assuntos (XAVIER, 2018).

Por sua vez, Sol Lima (2023) se identifica como travesti e comenta que seu interesse em pesquisar sobre a política do nome social se deu alinhada com o seu processo de identificação como travesti no ano de 2019. O seu primeiro requerimento de nome social foi em 24 de agosto de 2021, contudo, não obteve resposta e seu nome morto – termo usado por pessoas Trans para se referir ao nome de registro que não se identificam – continuou nos registros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Depois dessa negativa, Sol Lima (2023), após a grande dificuldade tida na sua experiência no ensino superior, imaginou as barreiras enfrentadas pelas/os as/os meninas/os Trans na Educação Básica de ensino no Brasil. No seu caso, a UNILAB reconheceu o seu nome nos registros somente depois da retificação de nome e gênero, processo com elevada burocracia para as pessoas Trans dentro do contexto brasileiro.

A Resolução Nº 1 de 19 de janeiro de 2018 estabelece o uso do nome social para os/as estudantes trans e travestis, aos menores de idade nas escolas públicas. Luma Andrade atuou na implementação dessa política. No entanto, essa permissão ainda encontra resistência, principalmente no âmbito familiar. Por exemplo, um jovem trans, respondente da pesquisa de Sol Lima (2023), utiliza a política do nome social informalmente, no trato pessoal e em documentos não oficiais, por conta de seus pais não terem assinado a autorização, prevista no Art 4º da Lei Nº 16.946, e esse reconhecimento informal provém da sensibilidade da gestão da escola. Nesse ponto, compreende-se o desdobramento da política do uso do nome social na escola em outros aspectos como o acesso e permanência, sem, contudo, não garanti-los por si só (LIMA, 2023).

Pode-se constatar que outras políticas e leis devem ser acionadas como suporte para a efetivação da política do nome social na escola quando houver impasses familiares e administrativos, a exemplo do estabelecido no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se garante o

direito ao respeito, incluindo, dentre demais elementos, a inviolabilidade da integridade psíquica e preservação da imagem e identidade (LIMA, 2023).

Transfobia

A partícipe da pesquisa de Héliida Carlos (2021) tem conhecimento dos comentários transfóbicos que circulavam pelo ambiente escolar em que trabalha, como sobre o uso do banheiro feminino. Esses eventos já eram percebidos na adolescência, aos 12 anos – porque ela já apresentava determinados trejeitos que se destacavam do esperado entre as crianças da escola, que praticavam bullying. Foi aprendendo sobre o seu corpo e desejos a partir das leituras. Dentro de sua casa não havia diálogo, aprendeu sozinha e, por isso, relata ser uma transexual autodidata, tinha que aprender o que era e o que não era (CARLOS, 2021).

Na sua pesquisa, Daniel Camargo (2021) denuncia a rejeição de alguns grupos de estudantes da turma e, alarmante incidência, por parte de servidores e professores. Ele explica que muitos jovens podem encontrar espaços escolares propensos a disseminar a transfobia ao apresentarem comportamentos distintos do esperado de uma mulher e/ou homem, ou seja, do papel/performance social binário e normativo de gênero, fato que pode trazer como consequência a interrupção dos estudos por meio da expulsão escolar indireta.

Lorena, participante da pesquisa de Camargo (2021), diz que, no SENAC, havia um rapaz que lhe assediava, passava a mão no seu corpo e não era aplicada qualquer sanção. A narrativa de Lorena se assemelha com relatos presentes em outras pesquisas na área de Educação e Ensino, como o caso da dissertação de mestrado de Tássio Acosta intitulada “Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridade e pedagogia da intolerância” publicada em 2016 (Camargo, 2021).

As autoras Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2022) asseveram que, possivelmente, as violências sofridas por essa população são originadas das raízes patriarcais da história da sociedade brasileira baseada em preconceitos, dentre eles a transfobia. As instituições de ensino reproduzem a transfobia, entendida pelas autoras como qualquer ação ou comportamento com base no medo, aversão, rejeição, intolerância, ódio ou discriminação às pessoas Trans por conta de sua identidade de gênero. Nesse sentido, consideram necessário discutir sobre identidade de gênero e sexualidade, consequentemente sobre transfobia e lgbtfobia, no espaço escolar, familiar e na sociedade de forma ampla (Cavalcanti; Silva, 2022)

Cavalcanti e Silva (2022) ao questionar se apenas a Resolução 363/2017 do IFPA seria suficiente para combater a transfobia, encontraram o seguinte resultado: mais de 70% responderam que não. Mesmo que em resposta simples e direta, o resultado mostra que os próprios participantes reconhecem que, apesar da resolução, são necessárias outras ações, por exemplo, debates, palestras e formações. Ademais, Vênus, participante da pesquisa de Érika Albuquerque e Elenilce Oliveira (2021), afirma que a transfobia institucional se apresenta de modo sutil e velado, por meio de gestos e olhares, por vezes imperceptíveis às pessoas cisgêneras, mas que atingem o seu cotidiano, por ser sutil torna-se difícil e de pesado enfrentamento. Para exemplificar, a respondente Ágata comenta que uma vez foi usar o banheiro feminino e outras meninas (cisgênero) ficaram receosas em vê-la no mesmo espaço. A responsável pela limpeza ficou lhe acompanhando o tempo todo, causando constrangimento. Também relatou sua experiência em uso de banheiro masculino, onde sofreu assédio sexual de um rapaz (Albuquerque; Oliveira, 2021). Assim, o banheiro demonstra-se um espaço de afirmação de gênero e também um local com altos índices de transfobia.

Sobre as estratégias de enfrentamento, Ágata e Vênus assumem uma imagem mais séria na tentativa de alcançar respeito, dignidade e frequentar os espaços socioinstitucionais. Individualmente, Ágata dialoga com colegas e servidoras/es sobre o direito da pessoa Trans de acessar os espaços institucionais, além de participar de pesquisas científicas com o tema da transgeneridade (Albuquerque; Oliveira, 2021).

Possíveis lacunas para pesquisas futuras

Rafaela Amorim e Fábio Santos (2022) tiveram dificuldades em encontrar trabalhos que contemplassem especificamente pessoas Trans. No mesmo sentido, Natália Cavalcanti e Jéssica Silva (2022) ressaltam os incipientes estudos e ações pedagógicas que as considerem na formação profissional nos Institutos Federais e a escuta e participação das pessoas Trans na avaliação e construção das ações e políticas.

Maria Conopca, Maria Ferreira e Octávio Cavalati Júnior (2019) enfatizam a importância de denunciar o “não lugar” desse público estudantil na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o silenciamento pedagógico, a omissão e o distanciamento dessa problemática, adicionam ainda o silêncio dos trabalhos acadêmicos através de projetos de pesquisa e de ações didático-pedagógicas sobre o tema da inclusão das pessoas Trans nas instituições ofertantes da EPT.

Samuel Ramos Neto (2018) indica a insuficiência de conteúdos que abarquem relação da população Trans com o mercado de trabalho e não foram encontradas produções dessa temática vinculadas à Educação Corporativa. Ele sugere para trabalhos futuros o estudo da ferramenta de análise de rede organizacional (ONA) e do uso da Análise de Redes Sociais (ARS) para mapear os vínculos entre funcionárias/os da empresa com objetivo de entender se há inclusão desses grupos ou há marginalização e, assim, pensar em possíveis intervenções.

Érika Albuquerque e Elenilce Oliveira (2021) sugerem futuros estudos para se identificar os desafios de pessoas Trans no ensino fundamental e médio, que obstaculizam o acesso ao nível superior de ensino, também verificar e analisar as dificuldades na inserção de pessoas Trans no mercado de trabalho. Entrementes, Sol Lima (2023) constata que é preciso um trabalho constante a respeito das barreiras que a política do nome social enfrenta, considerando a invisibilidade sofrida e pensando nos espaços segregados por gênero que ainda não existe uma legislação específica.

Por último, Eloisa Folle (2021) aponta as Leis de reserva de vagas como alternativas efetivas para iniciar a mudança do *status quo*, mas são propostas esparsas, carentes de alinhamento. Sugere-se pesquisas relacionadas à efetivação das políticas afirmativas de cotas nas empresas como também de trabalhos sobre a proposição de uma política de cotas para a população trans (RAMOS NETO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise desenvolvida neste trabalho outras produções podem ter suas partidas iniciadas e outras podem ser revisitadas para atualizações referenciais e analíticas. Dado o contexto exposto, percebe-se que as publicações com a temática de EPT e pessoas Trans estimulam articulações para uma práxis mais humana e integral nos processos de educação e inserção no mundo do trabalho.

A marginalização da população Trans articula-se com a dificuldade em encontrar empregos, com poucas exceções e a educação profissional pode ser uma ponte valiosa na tentativa de ingresso nos empregos formais. Também faz parte de sua concepção a formulação de estratégias de ensino articulado com as realidades plurais e necessidades específicas da sociedade. Diante dessas reflexões, deve-se traçar estratégias contra-hegemônicas para a inclusão de novas perspectivas e grupos historicamente marginalizados da comunidade, como as pessoas Trans, ampliando o leque de contribuições de pessoas socialmente excluídas para uma educação emancipatória.

Por meio da revisão narrativa de literatura, foi possível analisar as produções acadêmicas relacionadas aos temas e categorizar os dados mapeados. Dentre os achados, alguns caminhos direcionam para pertinência e emergência desses estudos na busca pelo desenvolvimento continuado da EPT e a inserção exitosa das transgeneridades na sociedade brasileira.

Sobre a Formação Integral, percebeu-se a falta de maiores análises contemporâneas com enfoque temático nas questões Trans, bem como o entendimento, nos trabalhos analisados, de que a inclusão de pessoas Trans é corolário para a efetivação dessa perspectiva nessa modalidade de ensino. A EPT precisa articular as suas bases conceituais com um ensino inclusivo das diversidades de gênero e sexualidade.

Nesse âmbito, o mundo do trabalho manifesta resistências à empregabilidade e respeitabilidade de pessoas Trans. É preciso que as vidas Trans tenham maior suporte nas invertidas

contra as vulnerabilidades causadas pelas violências do/no mundo do trabalho, precariedade do trabalho (prostituição como única alternativa ou a informalidade), desemprego, pobreza e exclusão social. Urge a mudança de paradigmas cisnormativos para o surgimento de novas práticas Trans inclusivas, da clientela até à administração da organização e, assim, possibilitar: o uso do banheiro conforme sua identidade de gênero; enfretamento do assédio e transfobia no emprego; respeito aos nomes sociais e aos pronomes adotados e demais possibilidades interventivas. A EPT situa-se estrategicamente nessa empreitada, cabe a ela provocar a integração da prática com a teoria em uma práxis de desenvolvimento social contínuo, em diálogo profícuo entre educação e trabalho, logo, essa mudança paradigmática de permanência e êxito também torna-se um dos seus objetivos.

Para essa inserção não-cisgênera na EPT, o respeito ao nome social mostra-se essencial no reconhecimento das transgeneridades. Os impasses e constrangimentos cotidianos dentro da escola, na ambiência do trabalho e em outras localidades demonstram a falta de empatia sofrida por essa comunidade. Enfatiza-se as estratégias usadas pela gestão escolar, docentes e por pessoas Trans na tratativa inclusiva de estudantes e profissionais Trans, nelas vislumbra-se a necessidade de fortalecimento das leis referentes ao nome social, desde o seu uso combinado para maior robustez nas justificativas até a utilização subsidiária quando alguma norma jurídica apresenta lacunas, vide os casos de menores de idade sem a autorização expressa da/o responsável legal para o gozo dessa política na escola.

No enfretamento à transfobia, é possível observar vários exemplos semelhantes, o que leva a entender o caráter estrutural desse fenômeno. As estratégias direcionam no sentido da maior difusão de espaços de divulgação de assuntos relacionados às subjetividades Trans, denúncia e intervenção quando houver evento transfóbico, especialmente, na EPT e no trabalho. Essa violência impõe às corporalidades Trans o estado de vigília constante, isso inibe o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, devido aos impactos psíquicos, físicos e sociais. Não se deve combater a transfobia através do silêncio, silenciar é mascarar e legitimar esse movimento recorrente, faz-se imperativo a organização de locais seguros para esse grupo, nessa lógica, intervir ativamente, por exemplo, com precaução, prevenção, escuta e acolhimento.

Por fim, como limitações deste trabalho apresenta-se que foram identificados poucos estudos indexados que abordem diretamente a EPT como contexto de análise, o que pode ser um problema de profusão de estudos que estão desenvolvidos ou de poucos trabalhos sobre pessoas Trans nestas ambiências. Dentre os trabalhos selecionados, não houve diálogo com movimentos sociais e poucos indicativos de retorno ao campo para disseminação dos resultados alcançados, o que em uma perspectiva crítica e de temática sensível, pode implicar mudança social. Sugere-se que futuras pesquisas tenham outros recortes temporais, bem como a utilização de outras bases de dados a fim de preenchimento de lacunas e construção de novas análises..

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. S.; ARAÚJO, F. A. dos S. A Teoria Queer no combate à transfobia escolar: contribuições da Educação Profissional na perspectiva de uma Formação Humana Integral. *Confluente, Revista di Studi Iberoamericani*, v. 14, n. 2, p. 188–202, 2022.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 2012. 279f. - Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 02 maio. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais*. Relatório online, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-2.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília-DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BRASIL. *Constituição Federal, de 5 outubro de 1988*. Brasília: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais a Escola de Aprendizes e Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

CAMARGO, Daniel. Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 2, n. 21, p. e13158, 2021.

CARLOS, Héli da Rodrigues de Lima. *A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual*. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; SILVA, Jéssica Marcela Pedreira da. O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP. *Vértices* (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 659-679, 2022.

ClAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?. *Revista Trabalho & Educação*, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014.

CONOPCA, Maria do Carmo; FERREIRA, Maria José de Resende; CAVALARI JUNIOR, Octavio. O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 12, n. 19, 2018.

FOLLE, Eloisa Cunha. *Precariedade e informalidade: uma perspectiva sobre a empregabilidade trans no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito da UFRGS, 2021.

GESTÃO KÁIROS. *Diversidade, Representatividade e Percepção: Censo Multissetorial da Gestão Kairós 2022*. Disponível em: <https://gestaokairos.com.br/publicacoes/diversidade-representatividade-e-percepcao-censo-multissetorial-da-gestao-kairos-2/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LIMA, Sol Alves de. *“Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz”*: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social. Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Redenção, 2023.

MESQUITA, Rafael Fernandes de. *Corpos invisíveis: identidades transgêneras femininas no mercado formal de trabalho*. 2019. Tese (Doutorado) – Administração de Empresas, Universidade Potiguar - UnP, Natal, 2019.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. *Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia*: pesquisa qualitativa em ação. Aveiro: Ludomedia, 2019.

NASCIMENTO, Karla Angelica Silva do; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine. Índice h5 e i10 do Google Scholar: um estudo de caso. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, v. 3, n. 1, p. e314204, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça?: reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. *SUR*, v.15 n.28, p. 167 – 179, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. *Princípios de Yogyakarta*: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 30 abr. de 2023.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT). *Edital PROFEPT nº 02/2022*, retificado em 28 de fevereiro de 2023. Exame Nacional de Acesso – ENA. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2023/PS/Edital/2022_EditalENA_Versaoretificada_28_02.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. 1 ed. Coleção Formação Pedagógica, vol. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RAMOS NETO, Samuel de Souza. *O papel da Educação Corporativa na inclusão de pessoas transgêneras nas organizações*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Educação Corporativa) – Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, Érika Fabíola de Araújo; et al. Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. 1-14, 2021.

RODRIGUES, Jessyka da Silva; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereirado; MENESES, Rafael Martins de; ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em Parnaíba-PI. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 12, n. 2, p. 39-55, 2021.

SANTOS, G. dos.; COELHO, M. T. A. D.; FERNANDES, S. A. F. A produção científica sobre a interdisciplinaridade: uma revisão integrativa. *Educação em Revista*, [S. l.], v. 36, n. 1, 2020.

TODSX. *Manual de implementação de ações afirmativas para pessoas Trans na pós-graduação*. 2020. Disponível em: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/manual-de-implementacao-de-acoes-afirmativas-para-pessoas-trans-na-pos-graduacao.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). ‘*Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento*’, diz pesquisadora. 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/07/ufsc-na-midia-trans-e-travestis-estao-revolucionando-e-produzindo-conhecimento-diz-pesquisadora>. Acesso em: 13 jun. 2023.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes*: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, 244 f.

XAVIER, G. do C. *Transsexualidade no Ensino Médio*: desafios e possibilidades. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 79–95, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31931>. Acesso em: 1 maio. 2023.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1 – Coordenador do projeto, coleta dos dados, análise dos dados e escrita inicial do texto.

Autor 2 – Coordenador do projeto, análise dos dados, revisão e escrita final do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.